

QUE ÁFRICA SE INSCREVE E SE ENSINA NO BRASIL?

LUCIVAL FRAGA DOS SANTOS*

RESUMO

O presente texto é tributário do debate historiográfico e pedagógico para a produção do conhecimento histórico no e sobre o continente africano. Nesse sentido, almejamos por um lado, refletir os desafios metodológicos, teóricos e epistemológicos para a pesquisa e produção historiográfica sobre a África, problematizando a visão eurocêntrica sobre o continente, e por outro, debater como o conhecimento histórico produzido corrobora para o trabalho pedagógico no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Palavras-chave: Continente Africano; Pesquisa; Ensino.

ABSTRACT

The present text is tributary of the historiographic and pedagogical debate for the production of historical knowledge in and on the African continent. In this sense, we aim, on one hand, to reflect the methodological, theoretical and epistemological challenges to the research and historiographical production on Africa, problematizing the Eurocentric vision on the continent, and on the other, to debate how the historical knowledge produced corroborates for the pedagogical work in the Field of Ethnic-Racial Relations Education and Teaching African and Afro-Brazilian History and Culture.

Keywords: African Continent; Research; Teaching.

*Mestrando no Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (Pós-Afro/UFBa).
E-mail: lucival28santos@gmail.com

Lugar de fala...

Nas últimas décadas o interesse da História e da Historiografia pela África enquanto campo de estudo é algo que vem crescendo notadamente nas instituições de pesquisa e ensino em diversos países na diáspora, nomeadamente no Brasil e nos Estados Unidos. As aproximações e articulações teóricas e epistemológicas entre a Teoria Social, a Historiografia e os Estudos Culturais, tornaram evidentes as produções acadêmicas publicadas em livros, revistas e periódicos em diferentes idiomas que abordam a História da África e dos africanos e seus descendentes nas diásporas nos últimos quinze anos.

No Brasil, a partir da Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade¹ da temática **História e Cultura Afro-Brasileira**, conforme descrito no artigo 26-A:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileira².

Desde então, a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira tem suscitado muitas inquietações e discussões, tanto de natureza epistemológica que requer a problematização da produção historiográfica sobre o continente africano e da história e cultura dos africanos e afro-brasileiros no Brasil do período Colonial a Contemporaneidade, quanto de natureza empírica, que diz respeito à efetivação da lei 10639/03 nas instituições de ensino do país. Assim, para orientar os profissionais da educação o Conselho Nacional de Educação normatiza através da Resolução nº 1 de 17 de julho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme descritos nos artigos e parágrafos 1º e 2º da referida Resolução:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

§2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das

1 Não significa que anterior à referida Lei já não se desenvolvesse estudos, pesquisas e debates em torno da história e historiografia do continente africano no Brasil dentro das instituições de ensino, de modo particular, nas universidades. Na Bahia, por exemplo, o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia desde a década de 1950 realiza projetos que contemplam atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da publicação periódica da Revista Afro-Ásia desde 1965.

2 BRASIL. Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira³.

Nessa perspectiva, as diretrizes curriculares se apresentam como um grande desafio para os profissionais que atuam na área da pesquisa e do ensino, sobretudo, na área de História, uma vez que no contexto em que fora normatizada havia pouca produção historiográfica sobre o continente africano e a história e cultura africana e afro-brasileira no país, portanto, uma área de estudo recente que carece de maiores debates e publicações. Assim, no campo epistemológico e teórico torna-se necessário problematizar a historiografia sobre o continente africano, isto é, significa (des/re) construir uma visão eurocêntrica da África que nega a historicidade deste continente, procurando dialogar com produções historiográficas escritas no próprio continente, a partir do olhar do africano, bem como de africanistas nas diásporas, designadamente nas Américas e, de modo particular, na América Latina (Brasil).

A presente discussão procura contemplar os desafios e possibilidades para a produção científica acerca do continente africano, situando o contexto em que se inscrevem as narrativas sobre a África. Em última instância, pontuamos como os conhecimentos produzidos sobre o continente corroboram para o sistema de ensino, atendendo as prerrogativas propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica.

“Encruzilhada” epistemológica e teórica

Os Estudos Africanos que emergiram das Ciências Humanas e Sociais compreendidos como toda produção científica sobre o continente africano, não podem ser analisados sem considerar os diferentes campos teóricos e epistemológicos, bem como sua natureza multi, inter e transdisciplinar. De tal modo, holisticamente não é possível compreender a história da África e dos africanos pelo viés do campo disciplinar, sobretudo, da História e da Historiografia, seja escrita por africanos ou africanistas. Nosso entendimento se fundamenta na fala do historiador Cláudio Furtado “o continente africano não poderia ser objeto de estudo da História por não possuir historicidade própria”⁴. Segundo afirmar o autor a História não percebia a África como objeto de estudo, sendo está até recentemente monopólio de estudo dos etnógrafos/etnólogos/antropólogos e geógrafos, daí a necessidade do diálogo com as outras ciências sociais.

Segundo Joseph Ki-Zerbo (1982)⁵ a *interdisciplinaridade* se coloca como uma

3 BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

4 FURTADO, Claudio Alves. “O continente africano e a produção africana do conhecimento”, *Revista Latino Americana de Estudos Avançados*, v. 1, n.1, Jan/Jun 2016, p.125.

5 ZERBO- Ki, Joseph. “Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra”, In: KI-ZERBO, J. (coord.). *Metodologia*

oportunidade para os que se dedicam aos Estudos Africanos. Assim, se por um lado os estudos interdisciplinares são uma possibilidade metodológica, por outro, se constituem como desafio teórico e epistemológico, entretanto, holisticamente necessário. É por sua conjuntura complexa, que utilizamos a analogia da “*encruzilhada*”. O termo encruzilhada procura elucidar os desafios que se colocam para o desenvolvimento de estudos interdisciplinares, ora pelas divergências teóricas, ora metodológicas.

A escrita da História e da Historiografia na e sobre a África exige permanente vigilância, tanto do ponto de vista de sua epistemologia e base teórica, quanto do tipo de discurso político que se produz e inscreve nas narrativas, sobretudo, no Ocidente. Ao retomarmos os primeiros escritos dos Estudos Africanos a partir dos anos 1950 se percebe uma preocupação exógena em vincular a história das sociedades africanas com a de seus descendentes nas diásporas, algo que tem sido alvo de muita discussão e disputas no contexto geopolítico do conhecimento entre africanos e africanistas.

Segundo Mudimbe a África que se conhece por meio dos discursos exógenos é uma África mítica. Em sua obra *A invenção da África: Gnose, Filosofia e a Ordem do conhecimento*⁶ problematiza os discursos e representações do e sobre o continente, concebida pela “tradição” científica ocidental, especialmente, os discursos hegemônicos euro-ocidental e afro-americanos (EUA).

É dentro desse quadro discursivo que se constituíram os Estudos Africanos no Brasil desde as primeiras pesquisas e escritos a partir do final da década 1950 até os primeiros anos do século XXI, em que as referências teóricas e epistemologias, bem como as fontes utilizadas por docentes e pesquisadores eram oriundas da Europa e dos Estados Unidos. Com raríssimas exceções de estudos antropológicos em que pesquisadores brasileiros tiveram acesso a produções escritas na África em atividades de intercâmbio cultural e científico, a exemplo, do intercâmbio Brasil-África, por meio do *Centro de Estudos Afro-Orientais* (CEAO)⁷ da Universidade Federal da Bahia, criado em 1959, primeira instituição acadêmica no Brasil com centralidade da pesquisa sobre a África e o Oriente.

Segundo Obenga⁸ o africanismo, entendido como formas pseudocientíficas de se estudar esse continente existe no Brasil desde os períodos da escravidão. Nesse sentido, de acordo com Valdemir Zamparoni⁹ Ninas Rodrigues, Silvio Romeiro, Gilberto Freyre, José Honório, cada um de seu modo, reconheceu a importância de se estudar a África para se entender a identidade nacional brasileira. No entanto, devemos esclarecer que os autores que pensaram sobre o continente no século XX e nas primeiras décadas do século XX tinham como centralidade analítica as relações raciais e a questão da mestiçagem no Brasil, influenciados pelas teorias racialistas europeias e o evolucionismo social.

Entre os anos 1970-1990 houve uma efervescência do movimento de *reafricanização* reivindicado por diferentes grupos de ativistas negros, artistas e intelectuais bastante debatidos

e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.

6 MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

7 Para saber mais sobre o intercâmbio Brasil-África e a produção e difusão do conhecimento sobre o CEAO/UFBA ver a dissertação de Gilson Brandão de Oliveira Junior, intitulada: *Agostinho da Silva e o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO): a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-07052010-120740/pt-br.php>> e a dissertação de Luiza Nascimento dos Reis, intitulada *O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)*, disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8595/1/reis.pdf>>

8 OBENGA, Théophile. *Les sens de la lutte contre l'africanisme eurocentrista*. Paris: Khepera/L' Harmatthan, Paris, 2001.

9 ZAMPARONI, Valdemir. “A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro”, *Revista Ciência e Cultura*, vol 59, nº 2, São Paulo: Abril/Junho de 2007.

nas Ciências Sociais. Esse novo contexto na vida sociocultural e política brasileira desdobrou nas décadas seguintes, nas políticas de Reparação do Estado para os afrodescendentes, dentre as quais as Ações Afirmativas com Cotas para negros nas universidades públicas e a Lei 10639/2003.

A obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica por meio da Lei 10639/2003 e a Política de Cotas alteraram a rotina das instituições de ensino superior, não apenas do ponto de vista do seu público, mas particularmente do currículo. Embora a lei seja direcionada à educação básica, as universidades tiveram que inserir nos currículos, especialmente, nos cursos de licenciaturas componentes curriculares (ainda que na sua maioria como disciplinas optativas) sugeridos na legislação e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana estabelecidas na Resolução nº 1 de 17 de julho de 2004. Também houve um crescimento significativo dos cursos de Especialização nos primeiros anos após a promulgação da Lei, uma estratégia utilizada pelas universidades como uma medida em curto prazo para subsidiar a formação continuada dos docentes, sobretudo, nas instituições privadas¹⁰.

Uma pesquisa dos programas de pós-graduação registrados nos últimos dez anos na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹¹ aponta o crescente número de cursos dentro dos Estudos Africanos, principalmente, *scritu sensu*. Além da criação dos cursos de pós-graduação, muitas instituições de ensino superior implantaram Centros e Núcleos de Estudos Africanos e, por conseguinte, revistas e periódicos impressos e digitais para difusão dos conhecimentos produzidos em todas as regiões do país, de modo particular no Nordeste e Sudeste. Destacamos ainda o aumento de outras atividades acadêmicas a nível local, regional, nacional e internacional como Seminário, Simpósio, Congresso que têm como centralidade da discussão temas relacionados à África, além dos Cursos de Extensão realizados pelas IES, bem como dos grupos de pesquisas cadastrados no Diretório da CAPES.

Avaliamos relevante registrar a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negro (as) (ABPN) em 2002, anterior à lei 10639/2003, formada por pesquisadores (as) negros (as) de diversas IES e da Revista Eletrônica da ABPN, um período de acesso livre e gratuito quadrimestral, criada para difusão da produção do conhecimento sobre a África e diásporas africanas, em escalas nacional e internacional. Na área da pesquisa em História a *Associação Nacional de História* (ANPUH) fundada em 1961, no Estado de São Paulo, que congrega professores e pesquisadores de História e tem como principais objetivos o aperfeiçoamento do ensino de História em seus diversos níveis e o estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de História, dentre outros, criou o *Grupo de Trabalho História da África* que tem dado uma contribuição para os estudos africanos que se particulariza, entre outros aspectos, pelo amplo número de pesquisas realizadas e relevância acadêmica, também pelo tratamento das fontes e influência de temáticas e abordagens caras à historiografia brasileira.

Recentemente em 2014 foi criada a *Associação de Estudos Africanos* (ABE-ÁFRICA), de caráter nacional, que abriga pesquisadores, docentes e interessados em geral de todas as áreas relacionadas aos estudos sobre África, com sede e foro na Universidade de São Paulo, onde funciona sua Secretaria Administrativa. A proposta nasce durante

¹⁰ Em muitos contextos sendo um produto atrativo para a mercantilização do ensino, no qual a preocupação com quantitativo se sobrepunha à qualidade dos cursos.

¹¹ O levantamento foi feito na Plataforma Sucupira o ano passado (2015), na ocasião do Congresso dos 70 anos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para discussão na mesa temática: **Desafios e perspectivas da pesquisa e da carreira docente no campo da inter, multi e transdisciplinaridade: Breve análise dos Estudos Étnicos e Africanos no Pós-Afro (UFBA)**, da qual fui o autor da proposta, coordenador da mesa e também expositor. Foram registrados mais de 15 cursos de pós-graduação na área de Estudos Africanos, entre cursos *Lato Sensu* e *Scrito Sensu* em instituições públicas e privadas no Brasil. O texto com a análise dos resultados da pesquisa está em fase de conclusão para posterior publicação.

o XXVII Simpósio Nacional de História, da ANPUH, realizado em Natal, em julho de 2013, mas sua constituição se dá no *III Encontro Internacional de Estudos Africanos da UFF* (Niterói/RJ), em setembro de 2014. Sua principal característica é a centralidade da pesquisa no campo interdisciplinar sobre a História da África no seu sentido mais amplo.

Todavia mesmo com significativo crescimento do interesse pelos Estudos Africanos no Brasil, nos parece que do ponto de vista discursivo, teórico e epistemológico a escrita das narrativas sobre África persiste no domínio do dualismo euro-ocidental e afro-americano, em que a África é inscrita numa perspectiva universalista, desconsiderando as pluralidades socioculturais, econômicas e políticas locais e regionais dos diversos e distintos povos que vivem nos cinquenta e três países do continente. A discussão sobre a escrita e discurso político no domínio dos *estudos africanos pelos africanos* é algo ainda pouco presente, são raros os docentes e pesquisadores que utilizam como fontes primárias as produções de africanos, sejam estes residentes em África e/ou na diáspora.

Contudo, não queremos dizer com isso que os estudos realizados por africanistas devem ser extintos, pelo contrário, propomos que ambas as produções sejam analisadas com o rigor necessário. Acreditamos que esse seja um caminho possível para romper com diversos equívocos, não-e-somente da constituição narrativa historiográfica, mas, das interpretações que dela advêm, resultando na construção imaginária e mítica da África.

A escrita e ensino de História da África: “limites” e possibilidades

Os estudos históricos sobre a África requerem um olhar crítico quanto a sua prática teórica, considerando a heterogeneidade epistemológica existente, situada em dois polos de interpretação científica já mencionadas anteriormente: a perspectiva euro-ocidental e afro-americana (exógena) e a perspectiva africana (endógena)¹². Muitos autores utilizam conceitualmente os termos *eurocentrismo* e *africanismo* como categorias analíticas em contraposição, no entanto, não faremos uma discussão teórico-conceitual por considerarmos que já existe uma vasta literatura disponível.

O que nos interessa nessa ocasião é refletir sobre que África se inscreve nas produções acadêmicas dentro dos Estudos Africanos, difundidas por meio do ensino no Brasil. Como ponto de partida para discussão retomamos aos questionamentos feitos pelo historiador Valdemir Zamparoni, há quase dez anos atrás, mas, pertinentes à conjuntura atual: “qual a referência cultural que temos da África e dos africanos no Brasil? qual a imagem da África e dos africanos que circulam em nossos meios midiáticos e acadêmicos e que ajudam a formar nossa identidade?”¹³.

A África que aparece na mídia faz referência a uma cultura homogênea, de povos primitivos, selvagens, devastada pela guerra, fome, epidemias e a pobreza. “Uma África – desfigurada e mutilada pelos séculos de opressão, que projetaram e exacerbaram uma imagem de miséria e de barbárie”¹⁴. No domínio dos Estudos Africanos se observa uma predominância de produções no campo de temas e/ou conceitos/categorias recorrentes, listados a seguir:

12 Embora devamos ressaltar que há muitos autores africanos que produzem suas narrativas dentro de uma perspectiva exógena (euro-ocidental e afro-americana), a exemplo de Hountondji, Mudimbe, Kame, Appiah, dentre outros.

13 ZAMPARONI, *op.cit.*, p.46.

14 KI-ZERBO, *op.cit.*, p.22.

- Tráfico Atlântico e Escravidão (séculos XVI-XIX);
- África do Norte X África Negra (subsaariana);
- Apartheid na África do Sul;
- Raça e Etnia;
- Colonialismo (partilha da África);
- “Descolonização”;
- Nacionalismo;
- Africanismo x Eurocentrismo;
- Pan-africanismo;
- Formação dos Estados Africanos;
- Pós-Independências;
- Cultura africana na diáspora;
- Religião e Identidade.

Dentro desse quadro, conforme nos chama a atenção o historiador cabo-verdiano Cláudio Alves Furtado quando muito, a História milenar do continente africano é transmutada em apêndice da história euro-ocidental, inscrita apenas no quadro de emergência do sistema econômico do atlântico. Assim,

na constituição e consolidação do campo científico que, não por coincidência, são correlatas da colonização do continente africano nos finais do século XIX, assistimos a uma divisão entre diferentes domínios do saber, condição para sua emergência enquanto ciência autônoma, implicando a definição de um objeto específico a ser estudado/desvendado fazendo recurso a teorias e métodos também próprios. Os espaços coloniais também eles foram objeto não apenas da partilha entre os países europeus, mas também entre as áreas do saber [...] O continente africano não poderia ser objeto de estudo da História por não possuir historicidade própria. Assim, o estudo da África ficou, fundamentalmente, um monopólio de antropólogos e geógrafos¹⁵.

Uma vez que o continente africano torna-se objeto de estudo da História tardiamente no séc. XX a reboque dos feitos europeus, toda produção historiográfica tem como marco da história do continente o sec. XVI com a emergência do sistema econômico do Atlântico, ignorando a existência da história da África anterior a este período. Por conseguinte,

como diria décadas mais tarde Trevor-Roper, a história dos europeus em África e que, até hoje, vem presente nos planos de estudo e estruturas curriculares dos cursos universitários de História, como “História dos Descobrimentos”, “História da Expansão Marítima”. Mesmo quando se estudam as “Civilizações Antigas”, elas se reportam ao Oriente Próximo e ao Mediterrâneo Oriental que, na mesma linha de Hegel¹⁶, teriam tido impacto no continente europeu, ou se se quiser, na civilização ocidental¹⁷.

15 FURTADO, *op.cit.*, p.125-126.

16 De uma forma sintética, a visão de África presente em Hegel e que perpassa quase a totalidade do pensamento ocidental sobre o continente no século XIX e meados do XX, pode ser sistematizada como segue: (i) o pensamento hegeliano separa o continente africano e seus povos em três grandes regiões não apenas geográficas como societárias. (ii) Esta (di) visão o leva a considerar, ou melhor, a retirar a África subsaariana da história universal, não tendo sido tocada pelo Espírito de Deus (*Geist*); (iii) suas implicações, ainda que inconscientes e que teriam legitimado posicionamentos posteriores, são o pretense isolacionismo da “África propriamente dita” com relação à Europa, tornada o centro da história universal, a separação entre a “África branca e a África negra”, dando ao deserto do Sahara uma função de fronteira intransponível entre suas margens, colocando a margem sul de fora das dinâmicas globais. Ver: FURTADO, *op.cit.*, p.124.

17 FURTADO, *op.cit.*, p.126.

Por conseguinte, essa concepção euro-ocidental da África, gestada nas Escolas Coloniais são reproduzidas nos livros didáticos, quase sempre sem quaisquer problematização por parte dos autores. Quando faz referência à história do continente anterior ao século XVI, restringe-se ao Egito e os Reinos e Impérios africanos, abordadas de forma superficial, homogênea e reducionista, inscrita num determinado espaço geográfico, fortalecendo no imaginário social e inscrevendo na memória coletiva, a visão de uma África “mítica”.

Com certa simplificação, podemos dizer que de, maneira geral, prevalece em um polo certa imagem hegeliana, e no outro, não menos exotizante, uma “Mãe África”, originária, profunda, virgem, paradisíaca, que serviria de inspiração para uma política antirracista no Brasil; persegue-se uma história da “verdadeira África”, de um tempo na qual esta viveria num paraíso, conspurcado pelo colonialismo. Os africanos e a África que se busca sob esta perspectiva é aquela colocada num freezer, onde a cultura se inscreve num tempo mítico, que se repete, onde não há criação, nem história. Essa imagem mitificada da África tem dado lugar a usos e abusos¹⁸.

Portanto, a historiografia brasileira acaba por endossar epistemologicamente a “invenção da África”, reproduzindo os discursos políticos euro-ocidentais produzidos nos Estudos Africanos, essencialmente até meados do século XX. Conseqüentemente essa visão errônea e unilateral da história da África circunscreve “o africano” e uma cultura “africana” que supostamente corresponderia ao continente. “É difícil crer que essa busca de inspiração, a-histórica, na história, possa efetivamente ajudar de maneira sólida na formação de uma consciência política e social antirracista”¹⁹.

Todavia, novas formas de escrita, interpretação e ensino da História são propostas a partir dos anos 1980 por influência da *Escola dos Annales* e a *Nova História*, tendo como representantes os franceses, entretanto, não houve mudanças significativas quanto a novas epistemologias criadas por intelectuais brasileiros, permaneceu o discurso hegemônico da tradição euro-ocidental.

Segundo Fonseca “apesar de fazer a crítica aos modelos teóricos anteriores, norteados por uma História de caráter linear, mecanicista, etapista, positivista, factual e heroica, a perspectiva do materialismo histórico substitui uma cronologia linear eurocêntrica por uma evolução dos modos de produção, também eurocêntrica”²⁰. No contexto da escrita da história da África por pesquisadores africanistas brasileiros, continua a ser uma abordagem factual e cronologicamente definida, que inicia no século XVI com o Tráfico Transatlântico e termina no século XX com as independências.

Numa perspectiva geral, se coloca como desafio epistêmico e teórico, para Walsh a problemática da “legitimidade” para a produção do conhecimento científico sobre África – isto é, da validade heurística das categorias “africano” e “não africano” enquanto legitimadoras (ou não) de saberes produzidos sobre as sociedades africanas²¹. De igual modo, também se apresenta como desafio romper com o ensino de História da África a partir das taxonomias e discursos cristalizados na historiografia brasileira, seguindo o modelo da historiografia francesa presente nos livros didáticos. Portanto, exige novas perspectivas epistemológicas, teóricas e, sobretudo, didático pedagógico que possam romper com os limites impostos pelo currículo e discurso hegemônico. Logo,

18 ZAMPARONI, *op.cit.*, p.48.

19 *Idem, ibidem*.

20 OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. *Histórias da África e dos africanos na escola. Desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

21 *Idem*, p.52.

se é verdade que de forma crescente se tem tido consciência dos limites heurísticos de uma explicação historiográfica armadilhada pela epistemologia ocidental, persiste, no entanto, um grande e instigante desafio de como, crítica e reflexivamente, se pode dialogar, contrapor e negar os modelos teóricos e epistemológicos que se mostraram, no mínimo, inadequados para, ao mesmo tempo, fazer emergir uma nova perspectiva teórica de explicação da história do continente africano, mas que possa contribuir para uma nova história da humanidade²².

É nessa conjuntura que se inscreve a proposta para o Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, regulamentada pela lei 10.639/2003, art. 1º, parágrafos 1º e 2º citados anteriormente no presente texto. Os “limites” e possibilidades apontados por Furtado sugerem novas perspectivas para fazer emergir outras histórias, sobre e no continente africano, dos africanos no Brasil e, por fim, dos afro-brasileiros, ocultas pelos silenciamentos e “esquecimentos” da historiografia.

Do ponto de vista dos documentos oficiais que orientam o ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, nomeadamente, das *Diretrizes Curriculares Nacionais*, são elencadas diferentes sugestões de abordagens temáticas que visam estabelecer interseções entre a História da África e do Brasil. Tendo como objetivo principal estabelecer uma nova concepção de ensino que contribua para a educação das relações étnico-raciais e valorização da identidade étnica dos afro-brasileiros e também da história da África e dos africanos. Para tanto as diretrizes sugerem conteúdos que extrapolam a divisão cronológica tradicional da historiografia, reunindo um conjunto de eixos-temáticos:

[...] à formação compulsória da diáspora, vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África; - à diversidade da diáspora, hoje, nas Américas, Caribe, Europa, Ásia; - aos acordos políticos, econômicos, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora²³.

Uma análise criteriosa das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, não deixa dúvida de que a proposta é plausível e de relevância social, cultural e acadêmica, pois convoca todos os sujeitos que compõe o sistema de ensino no país a uma (re) orientação epistemológica, teórica e didático-pedagógica, em todos os níveis de ensino, de modo particular, o Ensino Básico²⁴. Isso implica em diversas mudanças, portanto, desafios para as universidades e demais órgãos e instituições de pesquisa e ensino, uma vez que mobiliza novas interpretações históricas e, por consequente, novas narrativas historiográficas. No entanto, essa é uma realidade ainda distante das práticas de ensino de muitas instituições, tanto na universidade, nomeadamente, nos cursos de formação docente e na pós-graduação, quanto nas escolas. Contudo, não significa dizer que não existem.

É sabido que a Educação das Relações Étnico-Raciais visa uma formação pautada na pedagogia da diversidade, valorizando a pluralidade étnico-racial, e reconhecendo a interculturalidade, desse modo, só é possível dentro do campo interdisciplinar. Nesse sentido,

22 FURTADO, *op.cit.*, p.131.

23 BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

24 Nesse sentido, o Ministério da Educação através do Programa de Formação Continuada de Professores em Educação para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e para Educação Quilombola, coordenado pela Secretaria Nacional de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em articulação com diversas universidades públicas ofertaram diversos cursos de formação continuada nas modalidades de graduação (Licenciatura) e da pós-graduação (Especialização) para docentes da rede pública, além de disponibilizar em formato PDF material pedagógico e didático. No âmbito das universidades se podem encontrar nos repositórios de dissertações e teses, nos periódicos eletrônicos, uma vasta produção teórica.

a interseção entre a História, os Estudos Africanos, os Estudos Culturais e o Ensino de História e outras áreas das Ciências Sociais e da Educação tem sido uma possibilidade para novas abordagens e interpretações da História da África, na medida em que diferentes enfoques epistemológicos, teóricos e metodológicos são utilizados, tanto por pesquisadores, quanto por docentes. A esse respeito, podemos perceber que nos últimos anos as aproximações da História com a Teoria Social e os Estudos Culturais (principalmente com a Literatura, a Arte, Cinema e Teatro) têm aberto novos diálogos com o continente africano, não apenas do ponto de vista do seu conteúdo, mas do discurso, a partir do contato com autores africanos.

Entretanto, essa é uma questão que está restrita quase que exclusivamente às universidades. Nas escolas se tem percebido maior discussão dentro do contexto da Cultura Afro-Brasileira, em diversas temáticas, sendo as mais recorrentes: escravidão, revoltas ou movimentos de resistência e fuga, quilombos, abolição, racismo, religiões de matriz africana, intolerância religiosa, identidade negra e das “contribuições” dos afro-brasileiros na cultura brasileira (culinária, religião, arte, literatura, música, etc.). Contudo, muitos docentes têm suas práticas de ensino restritas a datas e/ou períodos específicos (13 de maio, 22 de agosto e 20 de novembro), fazendo uma abordagem fática e folclorizada, sem problematização e contextualização das questões históricas e seus desdobramentos na conjuntura sociocultural e política atual. De tal modo, os silenciamentos históricos e o discurso político hegemônico da “história única”, circunscrevem os africanos escravizados e seus descendentes, os afro-brasileiros na memória nacional como meros “contribuintes” para a cultura brasileira, negando-lhes o *protagonismo* na construção e condução da sociedade brasileira.

Considerações Finais

É inegável o espaço que os Estudos Africanos vêm conquistando no Brasil, tornando-se interesse de investigação de pesquisadores das diferentes áreas do saber nas últimas décadas, sobretudo, a partir dos anos 2004 (dois mil e quatro). Contudo, considerando as dimensões epistemológica, teórica e didático-pedagógica, verificamos que se constituem como desafios a serem enfrentados, tanto no âmbito da pesquisa, quanto do ensino. É relevante ressaltar a conjuntura complexa que envolve o processo de construção do conhecimento sobre o continente africano, pois não se resume as dimensões acima citadas. Outro desafio que se coloca está no campo do discurso político em que se inscreve a história da África e dos africanos, designadamente, nas produções historiográficas.

A este respeito nos alerta Pereira e Silva que o campo disciplinar da História passa por um duplo dilema, que se aplica de forma efetiva no domínio dos Estudos Africanos no Brasil “por um lado, há uma disputa epistemológica quanto à interpretação da História e as perspectivas de análise social das relações raciais, por outro, o campo do conhecimento histórico vivencia profundas mudanças interpretativas que, em geral, ainda não chegaram às salas de aula”²⁵. No entanto, não se propõe mudar o foco etnocêntrico europeu pelo africano, mas explorar outras possibilidades epistemológicas e teóricas reunidas em diferentes referências bibliográficas e documentais em torno da História da África escrita por africanos e africanistas, no sentido de empreender múltiplas interpretações e visões sobre o continente, rompendo com uma visão hegemônica instituída pelo viés da “história única” e/ou oficial.

Nessa perspectiva, podemos citar como uma possibilidade concreta de reunir essas

25 OLIVEIRA, *op.cit.*, p.56.

diferentes concepções e olhares sobre o continente e seus sujeitos é a *Coleção História da África*, projeto editorial da UNESCO que reúne oito volumes já publicados (o nono volume está em processo de elaboração), em diferentes idiomas, inclusive em português. A coleção se fundamenta no método que é pré-requisito dentro do processo de pesquisa e da produção do conhecimento na África e sobre a África: a interdisciplinaridade²⁶ e a vontade política e epistemológica de não desvincular os Estudos da história e das sociedades da África com os de suas Diásporas.

Por conseguinte, “o estudo das diásporas africanas revela-se –ou pode revelar-se, fundamental para sustentar a História de África e desvendar a presença do continente africano na história universal”²⁷. Portanto, a discussão sobre o protagonismo dos africanos e de seus descendentes na história e construção das diversas sociedades fora do continente, destacando a atuação na produção do conhecimento, tecnologia, artística-cultural e, principalmente política, por meio da luta social, são possibilidades outras de articular a história da África às diásporas, não a resumindo ao tráfico negreiro e a escravidão. “Assim, estudar as comunidades diaspóricas nas Américas, na Europa, no Médio e Extremo Oriente pode e deve ganhar idêntica centralidade nos estudos históricos bem como das ligações reais e simbólicas que tais comunidades mantiveram com o continente africano”²⁸.

Diante dessas possibilidades no âmbito da pesquisa, acreditamos que são plausíveis e necessárias iniciativas que busquem articulações e aproximações entre os sistemas de ensino superior e básico, não restritas à formação docente e troca de experiências quanto a propostas pedagógicas, mas, sobretudo, no contexto da produção do material didático. Sabemos que existem muitas produções acadêmicas dentro dos Estudos Africanos, entretanto, temos poucos pesquisadores e docentes interessados em dedicar-se à produção de material didático, um problema pouco discutido, mas que tem graves consequências no ensino da História da África. Acaba recaindo sobre o docente do ensino básico a tarefa de produzir seu material, o que por vezes acaba incorrendo em erros, ora por limitações de domínio teórico e epistemológico, ora didático pedagógico.

Reiteramos que da mesma forma que não é possível heurísticamente se produzir conhecimento sobre a História da África dentro do campo disciplinar, o ensino de História e Cultura Africana também não é admissível restrito ao campo da História. Deste modo, a expectativa é que a partir de novas bases teóricas, epistemológicas o continente africano seja reconhecido enquanto possuidor de uma autonomia histórica milenar, anterior ao século XVI, não subsidiária dos feitos europeus. No mesmo contexto, esperamos que nas sala de aula sejam utilizadas múltiplas abordagens temáticas e práticas pedagógicas que valorizem fontes e interpretações diversas.

Por fim, diante do grande interesse pelos Estudos Africanos fora do continente, de modo especial, na Europa e América Latina, retomamos a uma das questões levantada na Assembleia Geral da CODERSIA²⁹, realizada no Marrocos em 2011, admitindo ser de nosso interesse a continuidade a esta discussão: “a questão de fundo é saber como é que neste século 21 se deve opor à “invenção da África” uma “invenção do mundo” por África?”

26 HOUNTONDJI, Paulin J. “Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, p. 149-160, março 2008; KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010.

27 FURTADO, *op.cit.*, p.133.

28 *Ibidem*.

29 CODERSIA. *A África e os desafios do Século XXI. 13ª Assembleia Geral da CODESRIA*. Rabat (Marrocos). Disponível em: <http://www.codesria.org/spip.php?article1321&lang=pt>